

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO
UM BRASIL PARA TODOS: CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL,
EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL

ÍNDICE

I - UM NOVO BRASIL É POSSÍVEL	3
II – DO CURTO AO LONGO PRAZO	6
III – PRINCÍPIOS PARA A DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES	8
IV - A DINÂMICA DO CRESCIMENTO POR CONSUMO DE MASSA	15
V - A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E SUAS DIMENSÕES: UMA SÍNTESE	18

I - UM NOVO BRASIL É POSSÍVEL

1. O presidente Luis Inácio Lula da Silva assumiu o governo com o compromisso de mudar o País e melhorar a vida dos brasileiros. Sua eleição foi a da esperança de que um novo Brasil é possível. Desde o primeiro dia de mandato o novo governo se propôs a enfrentar o desafio histórico de eliminar a fome e a miséria que envergonham a Nação e atingem milhões de irmãs e irmãos. Construir uma sociedade dinâmica e moderna, tirar o país da letargia, gerar empregos e riquezas e estabelecer justiça social são objetivos que só serão alcançados com um crescimento firme e duradouro. Promover um desenvolvimento sustentado com equidade social requer grande união de esforços e a mobilização da sociedade brasileira. Cabe ao Estado utilizar todos os instrumentos e recursos disponíveis para dar o impulso indispensável à retomada do desenvolvimento.
2. Não se faz uma mudança desse porte sem planejamento. O Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 está sendo construído para mudar o Brasil. Vai inaugurar um modelo de desenvolvimento de longo prazo, para muito além de 2007, destinado a promover profundas transformações estruturais na sociedade brasileira. É uma peça-chave do planejamento social e econômico do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. O PPA vai conferir racionalidade e eficácia às ações do governo federal na direção dessas profundas mudanças.
3. Este documento sintetiza a Orientação Estratégica de governo para os programas do Plano Plurianual 2004-2007 que, nos próximos meses, estará sendo detalhado e orçado para envio ao Congresso Nacional em fins de agosto. A orientação baseia-se fundamentalmente no Programa de Governo apresentado na campanha e pelo qual Lula foi eleito presidente em 2002. Ela estabelece o horizonte para o qual vão se dirigir tanto os Orçamentos anuais quanto o próprio Plano Plurianual. Ela rege a definição dos programas prioritários na área social, dos programas de investimento em infraestrutura e em setores geradores das divisas necessárias à sustentação do crescimento com estabilidade macroeconômica e de todos os demais programas e ações do governo.

4. A estratégia norteia a formulação e seleção dos programas que o integram, bem como a avaliação de sua execução e consistência no correr do tempo. É composta pela Orientação Estratégica de Governo, exposta neste documento, e pelas Orientações Estratégicas dos Ministérios, que definem os objetivos das políticas setoriais voltados à concretização dos compromissos de Governo. Com base nesses elementos serão formulados, definidos e detalhados todos os programas e ações que comporão o PPA 2004-2007.
5. O planejamento econômico e social, expresso no PPA 2004-2007, será feito com a participação tanto da sociedade brasileira quanto das várias esferas de Governo. O caráter participativo deste PPA é uma fórmula de enriquecimento permanente do planejamento e da gestão das ações do governo federal, conferindo-lhes transparência e maior eficácia.
6. Os problemas fundamentais a serem enfrentados são a concentração da renda e riqueza, a exclusão social, a baixa criação de emprego e as barreiras para a transformação dos ganhos de produtividade em aumento de rendimentos da grande maioria das famílias trabalhadoras. Programas de emergência são necessários, mas insuficientes para gerar as condições de erradicação da pobreza, do analfabetismo, do trabalho precoce, da mortalidade infantil. Isso requer crescimento sustentado, com a geração de riqueza em escala suficiente para elevar o volume de investimentos e a massa salarial do País.
7. O Brasil possui todos os elementos necessários para o crescimento do PIB a taxas superiores a 4% ao ano. Uma força de trabalho ampla e disposta a enfrentar os desafios das novas tecnologias, recursos naturais abundantes e profissionais qualificados em todas as áreas de conhecimento, um dos maiores mercados potenciais do mundo, um empresariado empreendedor e capaz de competir em qualquer mercado, desde que dotado de condições para enfrentar a concorrência, e uma base produtiva ampla, diversificada e competitiva em inúmeros setores. Para o crescimento sustentado se transformar em realidade falta articular essas forças, que estão dispersas há anos, e orientá-las para um projeto de desenvolvimento.
8. Para implantar esse projeto de desenvolvimento, é preciso que o Estado tenha um papel decisivo, como condutor do desenvolvimento social e regional e como indutor do crescimento econômico. A ausência de um projeto de desenvolvimento e de claras políticas setoriais (industrial, de comércio exterior, agrícola, educacional, de ciência e tecnologia etc.) resultou na falta de foco dos Planos Plurianuais precedentes. Na esfera social, por exemplo, acumularam-se programas superpostos, com poucos resultados

práticos. É preciso uma virada total na forma de planejar. Dadas as características atuais do Estado, da sociedade e do sistema produtivo brasileiros, a atividade de planejamento deve ser compreendida como coordenação e articulação dos interesses públicos e privados no sentido de minorar a pobreza da população, minimizar as desigualdades sociais e regionais, redistribuir renda, reduzir o desemprego, superar a escassez de financiamento, reduzir incertezas e elevar o investimento público e privado.

9. O PPA 2004-2007 terá como objetivo inaugurar a seguinte estratégia de longo prazo: inclusão social e desconcentração da renda com crescimento do produto e do emprego. Crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e pela elevação da produtividade. E redução da vulnerabilidade externa através da expansão de atividades competitivas que viabilizem esse crescimento sustentado. As políticas e programas que darão substância a essa estratégia distribuem-se em cinco dimensões: social, econômica, regional, ambiental e democrática. Um sucinto detalhamento dessas dimensões vem apresentado na seção V deste documento.

II – DO CURTO AO LONGO PRAZO

10. A estratégia a ser adotada no PPA deve ter sólida base econômica e aderência à realidade do País. É indispensável uma clara estratégia macroeconômica que valorize a estabilidade, bem como políticas adequadas de estímulo à produtividade e à competitividade, pois, na sua ausência, a própria dinâmica de expansão da economia pode criar uma série de desequilíbrios que acabem por reverter essa expansão.
11. Um regime macroeconômico estável baseia-se em três fundamentos: a) consistência fiscal caracterizada por uma trajetória sustentável para a dívida pública; b) inflação baixa e estável; e c) contas externas sólidas, ou seja, um saldo em conta corrente que não imponha restrições excessivas à política monetária nem torne o país vulnerável a mudanças nos fluxos de capitais internacionais.
12. A estabilidade macroeconômica, mais que uma mera condição inicial, é elemento central de um projeto de desenvolvimento sustentável. Ciclos de crescimento caracterizados por uma política macroeconômica frágil e vulnerável a choques externos inevitavelmente resultam em crises, não apenas inviabilizando a continuidade do desenvolvimento, mas também prejudicando a melhoria da distribuição de renda.
13. A preservação da estabilidade macroeconômica em suas três dimensões – externa, fiscal e de estabilidade de preços – tem, portanto, um papel central em qualquer modelo de desenvolvimento sustentável. Como mostra a história brasileira, embora a tentação de relaxar a política macroeconômica para obter um crescimento mais acelerado possa ser grande, seu impacto no longo prazo é claramente negativo.
14. Neste contexto de transição, o planejamento estratégico das ações de governo nos próximos anos será essencial para compatibilizar os objetivos de alcançar o máximo crescimento possível, ampliar a inclusão social, reduzir o desemprego e as disparidades regionais e fortalecer a cidadania com as restrições decorrentes da necessidade de consolidar a estabilidade macroeconômica no País: manutenção do ajuste do balanço de pagamentos - e conseqüente necessidade de harmonizar o ritmo de crescimento da demanda com o da capacidade produtiva doméstica - e manutenção de um superávit

primário consistente com a necessidade de financiamento público ao longo do tempo.

15. Por fim, a baixa taxa de investimento em infra-estrutura nos últimos anos (a única exceção foi o setor de telecomunicações) não apenas tem prejudicado a competitividade da economia nacional – principalmente por causa do elevado custo de transporte – como pode levar ao surgimento de gargalos que inviabilizem um novo ciclo de crescimento. Investimentos expressivos na expansão e recuperação da infra-estrutura são, portanto, condição indispensável para viabilizar um período de crescimento sustentado do País.
16. Com a consolidação da trajetória de queda da inflação, abre-se espaço para a redução das taxas reais de juros e, portanto, para a recuperação da demanda e do crescimento econômico. As possibilidades de gestação de um novo ciclo de desenvolvimento sustentado são excepcionais. Para que esta potencialidade se concretize será necessário um conjunto de ações coordenadas envolvendo a gestão das políticas públicas, mudanças institucionais e a definição de regras claras na relação entre o governo e o setor privado. Com a consolidação de um ciclo de crescimento com estabilidade macroeconômica, ganham-se graus de liberdade na gestão das políticas públicas que hoje não estão disponíveis.

III – PRINCÍPIOS PARA A DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES

17. Para assegurar o máximo crescimento possível com redução das desigualdades sociais, num contexto de consolidação da estabilidade econômica, além de uma gestão eficiente das políticas fiscal e monetária, a definição de prioridades deve ter como base um conjunto de princípios, entre os quais se destacam os associados a políticas de investimento, do setor externo e do combate às desigualdades regionais e sociais.

III.1 – POLÍTICAS DE INVESTIMENTO E DE ELEVAÇÃO DA PRODUTIVIDADE

18. Para maximizar o crescimento nos próximos anos, é essencial que se acelere o ritmo de expansão da capacidade produtiva através de políticas que incentivem o investimento e o aumento da produtividade. Um dos principais desafios do governo, neste sentido, é a criação de um ambiente favorável ao investimento privado. A sinalização de uma estabilidade duradoura é essencial para alcançar este objetivo, mas a ação do governo precisa ir além, através de uma definição clara de prioridades, que ajude a orientar as decisões privadas.

19. Um conjunto de políticas que merece especial atenção é aquele voltado à redução do custo do investimento, através da diminuição do custo da intermediação financeira e da desoneração dos bens de capital. Além de estar construindo condições para reduzir a taxa básica de juros, o governo tem como objetivo reduzir o *spread* bancário, através do aumento da segurança jurídica dos contratos (e, portanto, do risco de perdas com a inadimplência) e do estímulo a uma maior concorrência entre as instituições financeiras. Algumas medidas neste sentido já vem sendo tomadas através, por exemplo, da reformulação da lei de falências.

20. Além das medidas de caráter mais geral, o governo dispõe de instrumentos específicos de incentivo ao investimento privado, especialmente através da concessão de

financiamentos por instituições financeiras públicas em condições mais favoráveis que as de mercado. Estes instrumentos serão vitais à estratégia de desenvolvimento do governo, especialmente enquanto a estabilidade macroeconômica não estiver enraizada e os mecanismos de financiamento de longo prazo de mercado não estiverem consolidados.

21. A grande questão aqui é a da definição de prioridades. Os recursos disponíveis ao fomento do investimento são limitados e sua expansão tem um impacto fiscal relevante. É essencial definir critérios claros para a alocação desses recursos, observando as condições de acesso a outras fontes de financiamento pelas empresas e, principalmente, seu retorno à luz dos demais objetivos explicitados neste documento – ampliação das exportações, incorporação de tecnologia, redução das desigualdades regionais etc. Este é precisamente o papel das políticas industrial, de comércio exterior e de desenvolvimento tecnológico, que deverão ser detalhadas proximamente.
22. A política industrial deverá atuar em dois níveis: horizontal e vertical. As políticas horizontais serão concentradas na redução do custo Brasil e na busca de isonomia de tratamento das exportações e importações brasileiras de bens e serviços. Entre outras medidas, será preciso negociar maior abertura dos mercados europeu e norte-americano a nossas exportações e explorar os acordos no âmbito da Organização Mundial do Comércio sobre subsídios à produção de tecnologia, às atividades de pesquisa e desenvolvimento e ao financiamento de investimentos em setores intensivos em tecnologia, objetivando minimizar a brecha de competitividade entre o Brasil e seus concorrentes.
23. O ambiente macro-institucional e as políticas horizontais, embora sejam importantes vetores de competitividade sistêmica, não são suficientes para aumentar a competitividade e diversificar a produção brasileira. Parte dos fatores determinantes da competitividade de um país refere-se a setores específicos. Configurações industriais distintas, dinamismos de mercado diferenciados, diversidade de capacidades de inovação e de produção requerem intervenções específicas de políticas industrial e tecnológica. Nesta perspectiva há que se definir claramente os critérios de escolha dos setores e das políticas prioritárias para se atingir os objetivos de elevar o investimento em setores exportadores, que substituam importações e com elevado nível de utilização de capacidade. Entre esses critérios, destacam-se o desempenho, a temporalidade e a transparência das políticas verticais.
24. Outra questão central para o PPA é o investimento público. É inegável que o investimento público pode ter um papel fundamental na ampliação da infra-estrutura,

essencial para viabilizar um movimento sustentado de crescimento. A grande questão é que, no atual contexto de restrição fiscal, o espaço para a ampliação do investimento público será relativamente limitado nos próximos anos. Dois conjuntos de medidas são necessários para enfrentar este problema.

25. O primeiro diz respeito à necessidade de ampliar a participação do investimento no total dos gastos públicos, ou seja, à necessidade de que os investimentos cresçam mais rapidamente que os gastos correntes do governo nos próximos anos. A proposta de reforma previdenciária enviada ao Congresso Nacional já representa um importante avanço neste sentido, mas é essencial que o esforço de racionalização dos gastos correntes do setor público prossiga nos próximos anos, abrindo espaço para uma expansão mais acelerada dos investimentos.
26. No entanto, mesmo que o governo seja bem sucedido em seu esforço de economizar nas despesas correntes, o grau de rigidez estrutural dos gastos é tal, que será inviável atender à necessidade de expansão de infra-estrutura através apenas do investimento público. Isto nos leva ao segundo conjunto de medidas, à necessidade de concentrar os investimentos públicos nas áreas que dificilmente serão atendidas pelo setor privado e de incentivar o investimento privado – diretamente ou através de parcerias com o setor público – nas demais áreas.
27. Para viabilizar o investimento privado em infra-estrutura, é também preciso avançar na consolidação de um marco regulatório que estimule a oferta de serviços de qualidade e viabilize o repasse aos usuários dos ganhos decorrentes do aumento da produtividade e da provável redução do custo de capital esperada para os próximos anos e que, ao mesmo tempo, dê segurança às empresas para investir.

III.2 – POLÍTICAS PARA O SETOR EXTERNO

28. Paralelamente à ampliação da capacidade produtiva, a consolidação das condições para o crescimento sustentado do País exige o reforço da solidez das contas externas, através de medidas voltadas à promoção da substituição competitiva de importações e, principalmente, ao estímulo às exportações.
29. Este conjunto de medidas tem um duplo objetivo. De um lado, reduzir a dependência da desvalorização cambial como forma de compatibilizar um crescimento mais acelerado da economia com a necessidade de evitar déficits excessivos em transações correntes – contribuindo assim para a estabilização dos preços. De outro lado, uma

vez atendido o primeiro objetivo, o crescimento das exportações abriria espaço para uma expansão das importações, contribuindo assim para um maior grau de competição no mercado doméstico e para acelerar a absorção de tecnologia através da importação de bens de capital.

30. Ao contribuir para a redução da relação passivo externo/exportações e para o aumento do saldo comercial e da corrente de comércio, a estratégia aqui proposta ajuda também a aumentar a solidez externa e a reduzir o chamado risco país, abrindo espaço para cortes mais rápidos dos juros.
31. Há vários mecanismos que precisam ser acionados para atingir esses objetivos. Em primeiro lugar, há algumas mudanças institucionais – como o fim da acumulação dos tributos prevista na reforma tributária e as medidas voltadas à redução do custo da intermediação financeira – que contribuem para reduzir o preço dos produtos nacionais em relação aos concorrentes estrangeiros, ampliando a competitividade da economia nacional.
32. Em segundo lugar, é preciso investir na redução dos custos de logística e transporte. Além da recuperação e melhoria da infra-estrutura de transporte e da redução dos custos portuários, cabe promover mudanças que agilizem o desembaraço aduaneiro, sem comprometer o necessário controle das operações de comércio exterior.
33. Mudanças na estrutura de incentivo e controle do comércio exterior também são necessárias. Neste sentido, além de uma simplificação de procedimentos e uma maior coordenação entre os vários órgãos de governo voltados à promoção das exportações, caberia fortalecer os órgãos técnicos responsáveis pelas atividades de normatização e de certificação de qualidade. Uma atuação decidida na defesa dos interesses comerciais brasileiros nas negociações comerciais – em todos os níveis – também é essencial para ampliar as exportações brasileiras, especialmente de produtos agrícolas e *commodities* industriais.
34. Por fim, é essencial definir uma clara estratégia de promoção de exportações, com a escolha de focos de atuação – como o estímulo às vendas externas de pequenas e médias empresas e o incentivo a que empresas que exportam esporadicamente busquem uma inserção mais estável nos mercados externos. Em particular, e principalmente, é essencial que os incentivos financeiros à substituição competitiva de importações e à promoção de exportações – no âmbito da política industrial, de comércio exterior e de desenvolvimento tecnológico – baseiem-se em parâmetros de custo-benefício e na importância estratégica dos setores, respeitando a limitação de recursos disponíveis para esses programas.

III.3 POLÍTICA REGIONAL

35. As políticas regionais serão priorizadas com base no princípio de que o mercado não pode ser o único determinante do ordenamento territorial, porque promove concentração econômica e, dessa forma, acirra as desigualdades sociais. Por essa razão, o aspecto regional do projeto nacional deverá combinar as prioridades sociais e de realização de investimentos em infra-estrutura com a regionalização de políticas e programas, que reduzam as desigualdades entre regiões e também as disparidades dentro das regiões. As políticas sociais orientadas por esse critério permitirão dotar as regiões menos favorecidas de elementos para o aumento da produtividade da força de trabalho. E as políticas de infra-estrutura permitirão reter poupança e recursos nas mesmas regiões, elevando emprego e renda. A rica diversidade regional será empregada como um ativo na regionalização do nosso desenvolvimento, de forma compatível com o requisito fundamental de sustentabilidade ambiental. Um melhor detalhamento dos princípios que regerão a política regional vem apresentado na seção V deste documento.

III.4 – POLÍTICAS SOCIAIS E CONSISTÊNCIA DO MODELO

36. Nos primeiros anos de implementação do PPA, a elevação necessária do investimento sem aumento do déficit em conta corrente em proporção do PIB resultará na redução do consumo total em proporção do PIB. Em outras palavras, a taxa de crescimento do consumo terá que ser algo inferior à taxa de expansão do PIB. É importante salientar, porém, que isto não significa limitar da mesma maneira a elevação do consumo das classes mais pobres da população, que poderá crescer mais rapidamente que o PIB. A definição de políticas voltadas à expansão da renda e do consumo dos mais pobres a um ritmo superior ao do crescimento da renda e do consumo dos mais ricos é dos pontos centrais da agenda do novo governo. Uma vez atingida a estabilização do investimento e do saldo comercial, em proporção do PIB, em níveis compatíveis com o crescimento sustentado, o espaço macroeconômico para a expansão do consumo de todas as classes sociais amplia-se e se fortalece a oportunidade para a rápida expansão do consumo popular.

37. Sem deixar de reconhecer que entre os principais determinantes da melhora da distribuição de renda no longo prazo estão a instrução e o grau de qualificação dos trabalhadores, há uma série de outros instrumentos disponíveis para viabilizar um

aumento mais que proporcional da renda e do consumo da população mais pobre, já no curto e médio prazos, tais como: ampliação de programas de transferência de renda para a parcela mais pobre da população; aumento da progressividade da estrutura tributária; redução dos preços de bens e serviços essenciais, através de medidas tributárias e da diferenciação das tarifas de serviços públicos; medidas de estímulo à concorrência, voltadas à repressão de atitudes monopolistas e ao repasse dos benefícios aos consumidores; estímulos à desconcentração da propriedade, em particular através da reforma agrária e do acesso dos mais pobres à moradia de qualidade; medidas voltadas à ampliação da poupança da parcela mais abastada da população através, por exemplo, do estímulo à formação de fundos de pensão; medidas voltadas à absorção de trabalhadores menos qualificados, no campo e na cidade, reduzindo a pressão sobre o mercado de trabalho do contingente excessivo de trabalhadores de baixa qualificação e viabilizando uma maior expansão dos salários desses trabalhadores no mercado.

38. Várias iniciativas já estão sendo adotadas para um aumento mais que proporcional da renda e do consumo dos mais pobres, mas é inegável que ainda há muito a ser feito. Entre essas iniciativas destacam-se o Programa Fome Zero, a reforma previdenciária – que reduz as transferências do setor público para a parcela da população de renda mais elevada – a desoneração do ICMS da cesta básica e o aumento da progressividade do imposto sobre heranças e doações, ambas medidas incluídas na reforma tributária.
39. A própria redução da taxa real de juros – que será viabilizada pela consolidação da estabilidade – terá efeitos positivos sobre a distribuição de renda, pois são apenas os mais ricos que têm aplicações financeiras e se beneficiam do pagamento de juros pelo governo. Assim, a redução dos juros também contribuirá para o objetivo de restringir o ritmo de expansão da renda e do consumo dos mais ricos para dar espaço ao aumento do consumo da camada menos favorecida da população.
40. Finalmente, é preciso reconhecer que – por causa das restrições à ampliação das despesas nos próximos anos e pela necessidade de ampliar os investimentos públicos – os recursos para a expansão dos programas de transferência de renda e de subsídios aos mais pobres também são limitados. É exatamente por causa destas limitações que é necessário avaliar custos e benefícios dos diferentes programas, dando prioridade àqueles que tragam melhores resultados em termos do objetivo de reduzir as desigualdades sociais.
41. Em particular, é preciso dar ênfase aos programas que – além de transferir renda – contribuam para absorver os trabalhadores de menor qualificação, melhorando as

condições do mercado de trabalho e os salários para estes trabalhadores – reforçando assim o objetivo de melhorar a distribuição de renda. Mesmo num contexto marcado por restrições, a eleição clara de prioridades e a gestão coordenada das mudanças institucionais e das políticas públicas poderão pavimentar o caminho para a consolidação de um ciclo virtuoso baseado na expansão do consumo de massa – que tem efeitos benéficos sobre a competitividade e a produtividade da economia – e no aumento equilibrado da demanda e da capacidade produtiva da economia.

IV - A DINÂMICA DO CRESCIMENTO POR CONSUMO DE MASSA

42. No longo prazo, objetiva-se com o PPA 2004-2007 inaugurar um processo de crescimento pela expansão do mercado de consumo de massa e baseado na incorporação progressiva das famílias trabalhadoras ao mercado consumidor das empresas modernas. O modelo é viável, já que está inscrito na lógica de operação da economia brasileira: toda vez que ocorre aumento do poder aquisitivo das famílias trabalhadoras, o que se amplia é a demanda por bens e serviços produzidos pela estrutura produtiva moderna da economia (alimentos processados, vestuário e calçados, artigos de higiene e limpeza, produtos farmacêuticos, equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, materiais de construção, mobiliário, serviços de supermercados, serviços de transporte, de energia elétrica, de telefonia, de entretenimento).
43. O crescimento via consumo de massa sustenta-se em grandes ganhos de produtividade, associados ao tamanho do mercado interno, aos ganhos de eficiência por escala derivados da conquista de mercados externos resultantes dos benefícios da escala doméstica e aos ganhos derivados do processo de aprendizagem e de inovação que acompanham os investimentos em expansão da produção de bens de consumo de massa pelos setores modernos.
44. Com os ganhos de produtividade, gera-se o excedente que, em princípio, pode transmitir-se a maiores rendimentos das famílias trabalhadoras, por meio da redução nos preços dos bens e serviços de consumo de massa, da elevação salarial, e da elevação da arrecadação fiscal que pode ser destinada a gastos sociais.
45. Se os mecanismos de transmissão do aumento de produtividade ao poder aquisitivo das famílias trabalhadoras funcionarem a contento, pode-se estabelecer o seguinte círculo virtuoso: aumento de rendimentos das famílias trabalhadoras / ampliação da base de consumo de massa/ investimentos/ aumento da produtividade e da competitividade/ aumento de rendimentos das famílias trabalhadoras – ou, em resumo, um círculo virtuoso entre rendimentos das famílias trabalhadoras e investimento. O

Brasil é um dos poucos países do mundo que dispõem de condições para crescer por essa estratégia, devido ao tamanho de seu mercado consumidor potencial.

46. Uma das virtudes do modelo de crescimento por consumo de massa é seu efeito positivo sobre o balanço de pagamentos, devido ao impacto dos ganhos de produtividade sobre a competitividade tanto das exportações, quanto da produção para o mercado interno que compete com importações. O balanço de pagamentos poderá beneficiar-se também pelo fato que, devido ao peso de alimentos, construção residencial, saúde e escola em seu orçamento familiar, a cesta de consumo das famílias de menor renda é relativamente pouco intensiva em importações. Não menos importante, as oportunidades de especialização produtiva na direção do consumo popular conferirá, às empresas no Brasil, o promissor caminho de inovação tecnológica dado pela produção em alta escala de bens que conjugam boa qualidade e baixo preço, tendo efeitos positivos sobre as exportações por meio do aproveitamento de oportunidades em importantes mercados internacionais.
47. A estratégia baseia-se no reconhecimento de que a transmissão de produtividade a rendimentos do trabalhador dificilmente se verificará sem políticas de emprego, de inclusão social e de redistribuição de renda. A principal razão é que, mesmo em condições de rápido crescimento, tende a haver insuficiente criação de emprego, devido ao fato que os setores modernos, na atual era tecnológica, são pouco intensivos em mão de obra. Nem mesmo um crescimento muito acelerado da economia garante uma absorção satisfatória do enorme contingente de mão de obra desempregada e subempregada, em particular da menos qualificada. Isso se soma à tendência perversa de expulsão de mão de obra da agricultura e conspira contra a eliminação do desemprego e do subemprego - e, conseqüentemente, contra a elevação salarial; a segmentação do mercado de trabalho, associada a baixos níveis de escolaridade e qualificação, tem implicado elevação de rendimentos apenas para os segmentos de maiores salários. Ou seja, a transmissão de produtividade a rendimentos dos trabalhadores permanece restrita a uma pequena parcela da força de trabalho.
48. A justificativa da necessidade de políticas de emprego, inclusão social e redistribuição como fortalecedoras da transmissão de produtividade a rendimentos das famílias trabalhadoras vai além do problema de escassez de postos de trabalho, e inclui duas outras causas básicas: a) devido ao elevado grau de oligopolização da economia, os ganhos de produtividade não necessariamente se traduzem em queda de preços de bens de consumo popular; e b) a absorção, pelo Estado, de parte do excedente através de tributação, não tem se traduzido em aumento da quantidade e da qualidade dos gastos sociais essenciais.

49. O círculo virtuoso entre investimento e consumo, originado no aumento do poder aquisitivo das famílias trabalhadoras, depende da elevação dos salários reais e demais rendimentos diretos e indiretos auferidos pelas mesmas. A escassez de postos de trabalho e as demais falhas nos mecanismos de transmissão de aumento de produtividade a rendimentos dos trabalhadores significam, para o funcionamento do referido círculo, a necessidade de que o governo pratique políticas sociais que compensem essas fragilidades. Por essa razão, as políticas de inclusão social e de redução das desigualdades, que têm como maior objetivo justiça social, são ao mesmo tempo indispensáveis à operação do modelo de consumo de massa.

50. As políticas sociais viabilizam o consumo popular ao aumentar o poder aquisitivo das famílias e reduzir a pressão da oferta de mão de obra sobre o mercado de trabalho, favorecendo a transmissão dos aumentos de produtividade aos salários. Por exemplo:

a) reforma agrária e fomento à agricultura familiar retêm mão de obra no campo e criam renda;

b) bolsa-escola retém a criança na escola, reduz o trabalho infantil e aumenta a renda familiar;

c) universalização da assistência aos idosos viabiliza o descanso dos mesmos e os retira do mercado de trabalho, além de aumentar a renda familiar;

d) micro-crédito dá suporte ao auto-emprego e a postos de trabalho em microempresas e cria emprego e renda;

e) programas de acesso à moradia e à infra-estrutura e serviços sociais, como saneamento, transporte coletivo, educação e saúde, são clássicos criadores de emprego, e ampliam a renda familiar ao reduzir gastos como os de aluguel, remédio e escola;

f) programa Fome-zero, elevação do salário mínimo e seguro-desemprego operam em favor do modelo de consumo de massa ao ampliar os rendimentos da família pobre e disponibilizar recursos para ampliação de seu consumo.

V - A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E SUAS DIMENSÕES: UMA SÍNTESE

51. Conforme assinalado, o PPA 2004-2007 terá como norte a seguinte estratégia de longo prazo: inclusão social e desconcentração da renda com crescimento do produto e emprego, desenvolvimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e pela elevação da produtividade, e viabilizado pela expansão competitiva das atividades que superem a vulnerabilidade externa. As cinco dimensões da estratégia (social, econômica, regional, ambiental e democrática) representam os mega-objetivos a serem perseguidos.

V.1 – DIMENSÃO SOCIAL

52. A dimensão social tem por objetivos a inclusão social e a redistribuição da renda. A estratégia de governo no âmbito social se rege pelo preceito de direitos fundamentais da cidadania e da garantia da universalização do acesso a serviços públicos essenciais, como a seguridade social (previdência, assistência e saúde) e a educação. Contém, também, o preceito de priorizar os setores mais vulneráveis da população, buscando a progressiva inclusão de mais de cinquenta milhões de brasileiros que vivem em condições de extrema precariedade, por meio de políticas que, sempre que possível, terão caráter estrutural (como são os casos de políticas de emprego e de educação, o micro-crédito e o apoio à agricultura familiar) e, sempre que necessário, terão caráter emergencial. Será feito um detalhado trabalho de cadastramento das famílias beneficiadas, de maneira a garantir a complementaridade e evitar superposições entre os programas.

53. É ampla a agenda de políticas sociais que estará sendo implementada em diferentes âmbitos complementares:

- Ações necessárias para fortalecer os direitos aos serviços sociais, na direção do acesso universal e de qualidade a esses serviços: previdência, assistência, saúde,

educação, capacitação, transporte coletivo, habitação, saneamento, segurança pública, cultura, esporte e lazer;

- Ações necessárias para fortalecer a geração de emprego e renda e melhorar as relações e condições de trabalho, como o apoio à agricultura familiar, à reforma agrária, ao micro-crédito e reforma trabalhista;
- Ações dirigidas à população mais vulnerável, como o Fome Zero, a Bolsa-escola e a Erradicação do Trabalho Infantil;
- Ações dirigidas à redução de preços dos bens de consumo popular, como remédios e alimentos;
- Políticas de redistribuição de renda, como elevação sistemática no salário mínimo, reformas previdenciária e tributária, reorientação do orçamento público para a viabilização dos gastos sociais essenciais, redução do custo do crédito, especialmente das margens bancárias e subsídios cruzados nas tarifas de energia, água/esgoto e telecomunicações.

54. O social é o eixo do projeto de desenvolvimento. Os programas dirigidos à inclusão social e à redistribuição da renda são uma absoluta prioridade do governo federal, por três razões: primeiro, e fundamentalmente, porque promovem justiça social e ampliam o atendimento aos direitos fundamentais da cidadania; segundo, porque aumentam a eficiência da força de trabalho; e terceiro, porque fortalecem o aumento de produtividade e competitividade por meio do modelo de consumo de massa.

55. Um crescimento vigoroso é um elemento central para a inclusão social e a redistribuição de renda, na medida em que cria emprego - que é a via básica de inclusão - aumenta a arrecadação pública e facilita a implantação de processos de redistribuição de renda. No entanto, o objetivo de justiça social faz da inclusão e da redistribuição da renda metas a serem tenazmente perseguidas independentemente do ritmo de crescimento que venha a se realizar. Há que estar atento também ao fato de que, como mostra a experiência brasileira, sem firme decisão política o crescimento não promove de forma adequada inclusão social, e muito menos permite avanços na distribuição de renda.

V.2 – DIMENSÃO ECONÔMICA

56. A dimensão econômica objetiva promover o crescimento estável da renda e a ampliação do emprego, em quantidade e qualidade. Para tanto, se buscará a coordenação e o impulso aos investimentos em expansão da capacidade e inovações, condutores da elevação da produtividade e da competitividade, e com ênfase na formação de infraestrutura e na eliminação da vulnerabilidade externa. As políticas terão por prioridade o fortalecimento das exportações e da substituição competitiva de importações e conquista de mercados internacionais, o que requer o fortalecimento do sistema financeiro e dos mecanismos de financiamento dos investimentos.

57. As orientações para a elaboração e implementação dos programas e ações do PPA 2004-07 no terreno econômico distribuem-se em sete grupos:

- Será consolidado o equilíbrio macroeconômico como requisito para o crescimento sustentado e a redistribuição de renda, por meio de ajuste das contas do setor público necessário à evolução favorável da relação dívida/PIB e à capacidade de investimento público e privado; a reforma da previdência dará suporte a essa evolução, já que tende a produzir impactos diretos sobre as contas públicas.
- A coordenação e o impulso governamental aos investimentos em expansão, modernização e agregação de valor aos bens e serviços nacionais terão como prioridade a competitividade exportadora e a substituição de importações. Se buscará fomentar pólos ou arranjos produtivos locais, fortalecer as grandes empresas nacionais, apoiar as pequenas e médias empresas e atrair investimento direto estrangeiro. A implementação dos investimentos programados, mesmo naqueles setores em que os mesmos têm longo prazo de maturação, fortalecerá expectativas favoráveis sobre a evolução do balanço de pagamentos, na medida em que apontará para a expansão da capacidade de pagamento futuro dos compromissos externos. Por seus efeitos geradores de divisas indispensáveis à redução da vulnerabilidade externa e a sustentação do crescimento serão enfatizados o turismo, a agricultura, a mineração, e as atividades de exportação e produção substitutiva de importações, por meio do adensamento e enobrecimento das cadeias produtivas industriais.
- O fortalecimento da infra-estrutura econômica se dará por meio de investimentos e modernização dos setores de energia, transporte, telecomunicações, saneamento e recursos hídricos, buscando ampliar a oferta, melhorar sua qualidade e reduzir os custos, de modo a elevar a competitividade sistêmica nacional e reduzir o custo-

Brasil. Serão incentivadas parcerias entre o setor público e o setor privado e a regulação dos serviços públicos, bem como o aperfeiçoamento contínuo das agências reguladoras para garantir esses objetivos. E se promoverá a integração física da América do Sul por meio da instalação de uma rede de infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicações.

- Serão fortalecidas a educação e capacitação dos trabalhadores e as atividades nacionais de inovação. Sem prejuízo da pesquisa básica, a política de ciência e tecnologia terá ampla articulação com as demandas de inovação do setor produtivo e com as políticas industriais, buscando-se maior integração entre empresas e universidades e institutos de pesquisa. Isto deve ocorrer também nas áreas de fronteira, como biotecnologia, química fina, microeletrônica e novos materiais. A atual revolução tecnológica deve ser acompanhada e fortalecida por um sistema nacional de inovação que expanda e diversifique as atividades de pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos.
- A capacidade pública e privada de financiar investimentos será fortalecida por meio de fontes internas. O BNDES, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e os demais bancos estatais fortalecerão suas atividades como agências de fomento; a expansão dos Fundos de Pensão contribuirá para ampliar a poupança financeira aplicável em investimentos produtivos. Serão buscados o alongamento dos prazos das operações e o emprego de engenharias financeiras inovadoras. Serão criadas condições para reduzir a taxa de juros à produção e ao consumo, por meio de diminuição das taxas básicas e das margens bancárias (via redução da inadimplência, das despesas administrativas e das margens excessivas de lucro) e será priorizada a ampliação do crédito à habitação e reforçado o financiamento às pequenas e médias empresas. E serão adotadas reformas que reduzam o custo do capital e ampliem o acesso ao crédito por instituições, pessoas e famílias tradicionalmente excluídas do sistema bancário, por meio, por exemplo, do fortalecimento do sistema de cooperativas de crédito e de maior segurança jurídica dos contratos, com o aperfeiçoamento no mercado de seguros, do financiamento imobiliário, do mercado de capitais e da lei de falências.
- A diversificação e ampliação da pauta de comércio exterior e dos mercados internacionais exigirão intensa diplomacia comercial; será dada prioridade ao Mercosul e à integração econômica do continente sul-americano e papel proeminente na Organização Mundial do Comércio e na busca de equilíbrio na Área de Livre Comércio das Américas e nas negociações Mercosul - União Européia; serão construídas sólidas relações bilaterais com países de importância regional,

como Índia, China e Rússia. No âmbito das finanças internacionais, se dará apoio à construção de uma nova arquitetura financeira que reduza a volatilidade dos fluxos de capitais e seus efeitos.

- Serão priorizadas as reformas constitucionais: previdenciária, tributária e trabalhista. Serão promovidas políticas de concorrência e de controle dos oligopólios e a reavaliação e implementação de marcos regulatórios relativos à infra-estrutura econômica, com especial atenção ao impulso sobre os investimentos e ao estabelecimento e acompanhamento das tarifas que afetam a população menos favorecida.

V.3 - DIMENSÃO REGIONAL

58. As desigualdades sociais têm uma dimensão regional e seu enfrentamento passa por uma nova política de desenvolvimento regional e o fortalecimento do planejamento territorial no setor público. A geografia do Brasil mostra ainda uma forte concentração das atividades econômicas e da população sobre uma parcela menor do espaço brasileiro. Mostra uma geografia das desigualdades sociais e econômicas que comporta vastos territórios vazios e pouco desenvolvidos, ao lado de outros que apresentam alta concentração de pobreza. Em ambos os casos, são regiões com reduzida capacidade de competir com os territórios mais dinâmicos.

59. A consolidação da estratégia de crescimento sustentável com inclusão social pressupõe a substituição deste processo assimétrico de desenvolvimento socioeconômico de conseqüências negativas tanto para as áreas atrasadas como também para as regiões mais prósperas. Estas já estão enfrentando os problemas de aglomeração excessiva, congestionamento de fluxos, pressão sobre o meio ambiente e a saúde pública, incapacidade de absorver a pressão migratória, ampliando os bolsões de pobreza em todas as grandes cidades do País.

60. A geografia desejada para os próximos anos deve privilegiar o desenvolvimento solidário entre as diversas regiões do País, potencializando as vantagens da diversidade cultural, natural e social. Em suma, a política regional não pode mais ser um problema de algumas regiões, mas uma política nacional que promova a coesão territorial como expressão da coesão social e econômica do País.

61. A integração competitiva do território nacional passa pela coordenação e pelo investimento seletivo em infra-estrutura, atacando de imediato os gargalos em

transporte, energia, telecomunicações e recursos hídricos que são obstáculos à valorização das complementaridades inter-regionais. Cabe ao Governo Federal, em articulação com os Governos Estaduais, definir o conjunto de projetos prioritários que assegurem uma distribuição equilibrada do crescimento econômico e social ao nível das macro-regiões.

62. É necessário ainda tratar as áreas mais frágeis numa perspectiva sub-regional diferenciada, no que tange ao gasto social e às políticas de emprego e renda. A intenção é estimular uma convergência das prioridades de gasto da União, Estados e Municípios, num conjunto de políticas estruturantes (transferência de renda, saneamento, habitação, saúde, educação, informação e conhecimento, meio ambiente, associadas todas a uma política “sob medida” de emprego e renda), gerenciadas de forma articulada, visando o desenvolvimento local.
63. A estratégia regional contempla, em especial, as potencialidades econômicas do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste; e dá atenção diferenciada às zonas deprimidas, cuja integração à dinâmica de crescimento nacional é um dos desafios centrais para a desconcentração da renda. O fortalecimento dos arranjos produtivos locais confere ao país uma oportunidade singular para a desconcentração espacial da produção e a valorização dos recursos potenciais dispersos no território nacional.
64. O desenvolvimento regional, numa perspectiva nacional, não pode prescindir de uma profunda reformulação dos atuais instrumentos de atuação regional, Fundos Constitucionais, Incentivos, Agências Regionais, todos exclusivamente voltados para as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. É crucial a adoção de instrumentos que permitam uma atuação do território visto de forma integrada e o equacionamento dos problemas das desigualdades sociais e econômicas dos espaços numa perspectiva que abranja o conjunto do território nacional, nas diversas escalas: nacional, macro-regional, sub-regional, local. O primeiro passo será a consolidação da proposta de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que acompanha a proposta de Reforma Tributária, em tramitação no Congresso Nacional.
65. Cada vez mais o destino das regiões depende de uma dimensão nacional e crescentemente relacionada à América do Sul e ao conjunto da dinâmica internacional. Isto muda o enfoque do Planejamento e do desenvolvimento exclusivamente nacional e implica uma estratégia de fortalecimento e de integração das logísticas de infraestrutura na América do Sul, na construção progressiva de um destino comum para o Continente. É uma alteração deliberada de perspectivas do desenvolvimento que se orienta para o Oeste, novamente, contrabalançando o excessivo adensamento econômico do litoral.

V.4 – DIMENSÃO AMBIENTAL

66. Nossa estratégia é de desenvolvimento sustentável e de longo prazo. Implica, por conseguinte, uma dimensão ambiental que oriente as escolhas no campo social e econômico. Face à pressão que o desenvolvimento econômico impõe sobre os recursos naturais e os serviços ambientais, os compromissos de justiça social com as gerações atuais são indissociáveis do legado que se quer deixar às gerações futuras. O objetivo é o desenvolvimento voltado para justiça social, integrando igualmente o direito a um ambiente saudável. São os mais pobres os mais expostos às áreas poluídas, inseguras e degradadas, os que menos têm acesso ao ar puro, água potável, saneamento básico e habitabilidade, expressando a distribuição desigual dos benefícios ambientais que marca nosso País. Os principais problemas que ameaçam nossos ecossistemas demonstram a estreita relação entre degradação ambiental e degradação social. Assim, a qualidade do ambiente afeto às comunidades é uma prioridade e uma urgência a ser enfrentada pelo PPA.
67. Não menos importante é assegurar a preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais. É necessário que o crescimento econômico tenha uma abordagem qualitativa reestruturando-se ampla e progressivamente, ao longo dos próximos anos, a partir de um novo padrão de produção e consumo, estimulando o manejo sustentável dos recursos naturais, bem como coibindo, com rigor, as ações produtoras de desequilíbrios ecológicos. É essencial valorizar as empresas com responsabilidade ambiental, uma exigência cada vez maior da competitividade tanto no mercado interno como externo.
68. É indispensável reconhecer os conflitos de interesse e de responsabilidade pelos custos ambientais e sociais decorrentes do crescimento, construindo pactos que apontem novos caminhos ou minimizem os prejuízos do atual padrão de produção. Isto é especialmente importante na agricultura, na área de energia e nas cadeias industriais tradicionalmente sensíveis ao risco ambiental, como o petróleo.
69. Crescer para que todos consumam pressupõe repensar também o padrão de consumo. A conservação da natureza como um valor social e a valorização do combate ao desperdício em todo o espectro da intervenção humana são essenciais à consistência de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. O consumo de recursos naturais e, sobretudo, os serviços ambientais estão se aproximando do limite e, em alguns casos, em franca degradação, mesmo com o consumo limitado a apenas uma parcela da população brasileira. Talvez o melhor exemplo sejam os problemas com a qualidade das águas dos nossos rios, o tratamento do lixo urbano e o déficit de saneamento

básico do País. O manejo adequado dos nossos recursos hídricos deve ser assegurado com a implementação progressiva e da nova lei de águas associada a um investimento intensivo em saneamento básico e lixo nas grandes cidades.

70. A preservação e o uso sustentável dos recursos naturais, em particular das nossas florestas, passa pelo fortalecimento das organizações ambientais do setor público e pela aplicação imediata das leis e dos mecanismos de controle e regulação da atividade econômica. As áreas de proteção ambiental são um investimento no presente e no futuro para um País que possui cerca de 20% da biodiversidade do planeta. E a valorização da diversidade cultural das populações a esta associada é ao mesmo tempo um compromisso social e uma oportunidade de desenvolver novas economias. É fundamental estimular a implementação de projetos intensivos no uso da biodiversidade brasileira voltados para o desenvolvimento econômico e social de diversas regiões brasileiras, constituindo-se em importante fonte de geração de emprego e renda para uma parcela significativa da população.
71. O PPA prevê a adoção de critérios sócio-ambientais para as políticas públicas, com metas de melhoria dos indicadores sócio-ambientais, incentivos à participação da sociedade e à educação ambiental.

V.5 – DIMENSÃO DEMOCRÁTICA

72. A dimensão democrática tem por objetivos o fortalecimento da cidadania e a garantia dos Direitos Humanos – políticos, sociais e civis - a transparência do setor público com controle da sociedade, descentralização, planejamento participativo e gestão pública orientada para o cidadão, a segurança pública e a defesa da soberania nacional. O combate às desigualdades econômicas e sociais é entendido como condição necessária para que seja garantido a todos os brasileiros e brasileiras o status de cidadãos, homens e mulheres realmente iguais perante o Estado.
73. A estratégia prevê o desenvolvimento de relações plurais e democráticas, baseadas na equidade, sem os preconceitos de raça e etnia e com oportunidades iguais em todos os aspectos da vida social. Serão fortalecidas e ampliadas as conquistas alcançadas pelas mulheres e será combatida tenazmente a discriminação racial, que não apenas causa danos materiais, simbólicos e culturais para toda a população, mas agride a essência da própria democracia. E será igualmente combatida a discriminação aos portadores de necessidades especiais, aos jovens, às pessoas de

terceira idade, aos migrantes de regiões historicamente abandonadas ou golpeadas por crises econômicas e sociais, e aos estrangeiros pobres provenientes de outros países.

74. A estratégia do PPA 2004-2007 assenta-se no fortalecimento da democracia brasileira em todas as suas dimensões. A radicalização do processo democrático no Brasil deve ser entendida como um grande movimento cultural que vai além da adoção de medidas de democracia econômica e social e da realização das reformas políticas. A irrestrita liberdade de expressão e a democratização dos meios de comunicação são instrumentos essenciais desse movimento. Será buscado um novo contrato social que favoreça o nascimento de uma cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos, a construção de um país mais justo econômica e socialmente e, sobretudo, um Estado adaptado às exigências deste novo ciclo de desenvolvimento.
75. A segurança pública receberá tratamento prioritário, e será fortalecida dentro da estrita legalidade democrática, respeitando os direitos dos cidadãos, implementando os direitos humanos em suas práticas, formação e treinamentos. A atuação nesse âmbito guia-se pelo princípio de que segurança pública inclui propostas de reforma policial e de políticas sociais. A reforma e atualização da legislação serão aceleradas. Os três entes da Federação se articularão no desenvolvimento de ações de segurança pública e se realizará a integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade, a prevenção e o combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro.
76. As Forças Armadas cumprem papel fundamental na construção de uma nação forte e soberana, e na preservação do Brasil como um território de paz e de democracia. O governo reforçará e modernizará as forças armadas para a preservação da integridade da nação, através da defesa do território nacional, do mar territorial e do espaço aéreo. Elas contarão com a capacidade necessária à defesa de nossas fronteiras, à proteção das regiões ameaçadas em sua integridade, como é o caso da Amazônia, e ao desempenho de missões de paz no mundo. Quando convocadas, as forças armadas cooperarão com o enfrentamento de calamidades públicas, as campanhas nacionais de saúde pública e outras ações de caráter cívico-social.
77. O fortalecimento da democracia requer também o combate ao autoritarismo, à desigualdade e ao clientelismo. Será promovido um gigantesco esforço de desprivatização do Estado, colocando-o a serviço do conjunto dos cidadãos, em especial dos setores socialmente marginalizados.

78. A melhor arma contra o desperdício e a corrupção é a consolidação de um Estado eficiente, ágil e controlado pelos cidadãos. O compromisso com a cidadania exige que a formulação, implementação e a avaliação do PPA 2004-2007 sejam acompanhadas por intensas consultas e debates com a sociedade civil organizada e com representações dos governos estaduais e municipais.
79. O caráter participativo deste PPA é uma fórmula de enriquecimento permanente do planejamento e da gestão das ações do governo federal, conferindo-lhes transparência e maior eficácia social. A sociedade brasileira será fortemente ouvida no processo de construção do Plano Plurianual 2004-2007, a ser apresentado para deliberação do Congresso Nacional no final de agosto deste ano. A ampliação da participação da sociedade nas escolhas de políticas públicas será uma grande diferença deste PPA. Esse processo já começou dentro do próprio governo federal e está sendo estendido à sociedade civil organizada.